

Senado aprova convenção para reduzir o consumo do cigarro

Acordo permitiu que fossem também votadas MPs que abrem créditos extraordinários de R\$ 1,214 bilhão para os ministérios da Integração Nacional e do Desenvolvimento Agrário e de R\$ 425,95 milhões para os de Minas e Energia e dos Transportes

Gerardo Magela



Em dia marcado por entendimento em Plenário, o presidente do Senado, Renan Calheiros (E), conversa com Ney Suassuna, Delcídio Amaral e José Agripino

O Senado ratificou ontem à noite o tratado internacional para a redução do consumo de cigarro e de outros derivados do fumo, denominado Convenção-Quadro para o Controle do Uso do Tabaco. O acordo vai à promulgação. Vários senadores disseram que a ratificação só foi possível porque o governo federal se comprometeu – por meio de documento assinado por seis ministros – em garantir a atividade dos produtores de fumo. O senador Heráclito Fortes apresentou parecer favorável ao tratado. **Página 3**

Mínimo e tabela do IR terão prioridade no Orçamento **Página 4**

Caixa "estará livre" da GTech no ano que vem, afirma Ideli **Página 5**

Agricultor poderá se aposentar por idade até 2009, decide CAS **Página 4**

Célio Azevedo



O ex-deputado Valdemar Costa Neto (E) é colocado frente a frente com Delúbio Soares, Simone Vasconcelos e Marcos Valério

Contradições marcam confronto na CPI do Mensalão

As diferenças entre os valores recebidos por partidos, os autorizados pelo ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares e os distribuídos pelo empresário Marcos Valério chegam a milhões de reais. **Página 5**



Rosevelt Pinheiro

Virgílio propõe CPI para apurar caixa dois em campanhas

Página 6

Ministro das Relações Exteriores e presidente do Senado concordam sobre a necessidade de se aprovar logo o fundo que destina investimentos públicos para reduzir desigualdades

Renan e Amorim discutem Mercosul e controle do tabaco

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, com quem conversou sobre o Mercosul e a Convenção-Quadro para o Controle do Uso do Tabaco, temas considerados prioritários nas relações entre o Legislativo e o Itamaraty. Renan e Amorim concordaram sobre a necessidade de

se aprovar logo o fundo que destina investimentos públicos para reduzir desigualdades e melhorar o poder de competição dos países do Mercosul.

Sobre a Convenção-Quadro para o Controle do Uso do Tabaco (aprovada ontem pelo Senado), Amorim argumentou igualmente sobre a importância de sua ratificação. Ele apontou a relevância

de que o Brasil esteja entre os signatários originais, até para melhor defender seus interesses como produtor.

– Não é vantajoso para o Brasil ficar de fora, até porque temos leis nessa área que vão muito além do que a convenção estipula.

Renan recebeu ainda a visita do embaixador do Chile no Brasil, Demetrio Infante Figueroa.



Dirigentes de tribunais dos países de língua portuguesa conversam com Renan Calheiros sobre formação de juízes

Presidentes de tribunais superiores visitam Senado

Um grupo de presidentes de tribunais superiores de Justiça dos países de língua portuguesa, liderados pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Raphael Monteiro de Barros Filho, fez visita de cortesia ontem ao presidente do Senado, Renan Calheiros.

– Viemos transmitir o que ocorreu durante o 6º Fórum de Presidentes dos Supremos Tribunais de Justiça dos Países de

Língua Portuguesa e quais são as perspectivas que temos em relação ao intercâmbio entre os países chamados lusófonos – disse o ministro do STJ.

Raphael Monteiro explicou que o tema do fórum foi a capacitação dos magistrados, que, para ele, é um problema muito sério, porque as universidades não preparam o magistrado, apenas formam o bacharel.

– O maior problema do Judici-

ário brasileiro é a morosidade, a lentidão. Certamente, com uma formação adequada dos juízes e a implementação de outros requisitos, nós poderemos reverter esse quadro – afirmou.

O ministro ressaltou ainda que a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados foi estabelecida na Emenda Constitucional 45, inserida na reforma do Judiciário, e coordenará as escolas para juízes do país.

Pronto para ir à Câmara projeto que desburocratiza inventário e partilha

Vai direto para a Câmara dos Deputados o projeto (PLS 155/04), de autoria do senador César Borges (PFL-BA), que desburocratiza e barateia os inventários e as partilhas extrajudiciais, sem eliminar a possibilidade de que sejam feitos pelos meios judiciais já previstos em lei. A proposta foi aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) na última terça-feira.

O projeto modifica os códigos Civil e de Processo Civil, sobretudo para permitir que, se capazes, os herdeiros possam fazer partilha amigável (extrajudicial). Isto é, a divisão de bens poderá ser efetuada por meio de

escritura pública, dispensando a sentença judicial.

A proposta estabelece ainda que a partilha amigável só será homologada pelo juiz mediante a prova de quitação dos tributos, enquanto a escritura pública será lavrada pelo cartório competente depois de apresentada declaração assinada por todos os herdeiros. No caso de haver credor do espólio, não será admitida a partilha extrajudicial.

– Quero destacar que, hoje, mesmo a partilha amigável exige a contratação de advogados e tem que ser pela via judicial. A partir de agora pode ser por meio de escritura pública – destacou o senador César Borges.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

Feriado não deve impedir votações do Plenário

O Plenário promove sessão não-deliberativa, destinada à comunicação de projetos pela Mesa e discursos de parlamentares, a partir das 9h. Apesar do feriado de Finados na próxima quarta-feira, está prevista a realização de votações na terça-feira. A idéia é agilizar as deliberações, prejudicadas pelo longo período de pauta trancada.

Senado participa da Feira do Livro de Porto Alegre

Começa hoje a Feira do Livro de Porto Alegre, que conta com a participação do Senado. Entre os eventos promovidos na feira está o lançamento do livro *Batalha de Caioatê – Episódio culminante da Guerra das Missões*, de Ptolomeu de Assis Brasil. A programação vai até o dia 15 de novembro.

Presidência

Às 15h, o presidente do Senado, Renan Calheiros, participa da solenidade de formatura da turma do curso de Formação Profissional 2005-II, da Superintendência de Polícia Rodoviária Federal, em Campo Grande.

CPI do Mensalão

Está previsto para as 10h de hoje o depoimento à CPI do Mensalão do ex-assessor do Ministério da Cultura Roberto da Costa Pinho. Ele aparece como beneficiário das contas do empresário Marcos Valério.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shlessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin,

Janaína Araújo e José do Carmo Andrade

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e

Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida,

Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e

Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF, CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Tião Viana, Antero Paes de Barros, Luiz Otávio, Paulo Paim, Reginaldo Duarte, Rodolpho Tourinho e Mão Santa e pela senadora Serys Shlessarenko

Aprovado R\$ 1,2 bilhão para Integração, Incra e Proagro

O Senado aprovou em votação simbólica, mediante acordo entre governo e oposição, a Medida Provisória 257, que abre crédito extraordinário de R\$ 1,214 bilhão para os ministérios da Integração Nacional e do Desenvolvimento Agrário e para o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro Mais). Os recursos são decorrentes de superávit financeiro no Balanço Patrimonial da União de 2004, de anulação de dotações orçamentárias e de lançamento de Títulos da Dívida Agrária.

A MP destina R\$ 700 milhões ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), para a compra de imóveis rurais e a implantação de assentamentos. A suplementação extraordinária é necessária, de acordo com o governo, porque o preço médio das terras, previsto anteriormente

pelo Orçamento da União em R\$ 570 por hectare, não reflete a realidade nacional. O custo médio da desapropriação está em R\$ 1.190 por hectare.

Ao Ministério da Integração Nacional, são destinados R\$ 154 milhões, para o atendimento das vítimas da seca no Nordeste e de inundações no Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste.

Os outros R\$ 360 milhões da MP 257 vão para a cobertura de seguros contratados por pequenos produtores vinculados ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em razão das perdas provocadas pela seca na região Sul. A estiação ampliou consideravelmente o número de produtores em dificuldade amparados pelo Proagro Mais, programa de crédito que socorre agricultores em caso de calamidades.

Crédito extraordinário de R\$ 425 milhões para Transportes e Minas

Outra MP aprovada mediante acordo entre governo e oposição foi a de número 256, que abre crédito extraordinário de R\$ 425,95 milhões para os ministérios de Minas e Energia e dos Transportes. As verbas decorrem de superávit financeiro no Balanço Patrimonial de 2004 e da anulação de dotações orçamentárias.

Para a Agência Nacional do Petróleo (ANP), vinculada à pasta de Minas e Energia, couberam R\$ 45,75 milhões, para pesquisas sobre a produção de combustíveis fósseis e para estudos de redução de risco ambiental na exploração

do petróleo.

A maior parte dos recursos, R\$ 380,2 milhões, vai para o Ministério dos Transportes, sendo R\$ 116,87 milhões para a construção de trecho da Ferrovia Norte-Sul.

– Essa ferrovia é importantíssima para o Brasil – disse o relator, senador João Ribeiro (PL-TO).

Para a recuperação de rodovias, serão R\$ 263,33 milhões. Os trechos beneficiados são considerados estratégicos para a produção agrícola: BR-050 em Minas Gerais; BR-381 em Minas e São Paulo; BR-116 em São Paulo e Paraná; e BR-116 no Ceará.

Adiada votação de matéria sobre gestão das florestas

Foi adiada para a próxima semana a votação do projeto de lei que regulamenta a exploração das florestas públicas para desenvolvimento sustentável (PLC 62/05). A matéria trancava a pauta do Senado por tramitar em urgência constitucional a pedido do presidente da República. Apenas medidas provisórias poderiam ser votadas antes dela.

O relator da proposta, senador José Agripino (PFL-RN), sugeriu que o presidente retirasse a urgência para que fosse votado o tratado internacional Convenção-Quadro para o Controle do Uso do Tabaco. O anúncio da retirada foi dado pelo líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), que fez acordo para que seja priorizado o projeto sobre as florestas na próxima semana.

Projeto de iniciativa do TSE vai à sanção

O Plenário aprovou ontem projeto de lei da Câmara dos Deputados (PLC 55/05), de iniciativa do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que extingue e cria cargos e funções nos quadros de pessoal do TSE e dos Tribunais Regionais Eleitorais (TREs). O projeto, que recebeu parecer favorável do relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Edison Lobão (PFL-MA), vai agora à sanção presidencial.



Renan Calheiros preside a sessão do Senado que aprovou tratado internacional e medidas que abrem créditos extraordinários

Convenção-Quadro só foi acolhida pelo Senado por causa do documento em que o governo federal garante a atividade dos produtores de fumo por meio da assinatura de seis ministros

Senado ratifica acordo que restringe consumo de tabaco

O Senado ratificou ontem o tratado internacional para a redução do consumo de cigarros e de outros produtos derivados do tabaco, denominado Convenção-Quadro para o Controle do Uso do Tabaco. Agora, o acordo – que tramitou na Casa na forma de projeto de decreto legislativo (PDS 602/04) – vai à promulgação. Estima-se que, a cada ano, morram 5 milhões de pessoas devido ao tabagismo, sendo 200 mil no Brasil.

Vários senadores, como Paulo Paim (PT-RS) e Pedro Simon (PMDB-RS), afirmaram que a ratificação só foi possível porque o governo federal se comprometeu – por meio de um documento assinado por seis ministros – a garantir a atividade dos produtores de fumo. O documento foi enviado na quarta-feira pela ministracheefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, ao senador Heráclito Fortes (PFL-PI), relator do projeto.

Paulo Paim e Pedro Simon representam o Rio Grande do Sul, principal estado produtor de tabaco do país. O Brasil é considerado o maior exportador de fumo do mundo e o segundo maior produtor. Estima-se que cerca de 85% da produção nacional seja exportada.

Pouco antes da votação em Plenário, Heráclito Fortes havia anunciado seu parecer favorável à ratificação do acordo. Relator da proposta na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), ele ressaltou que só se decidiu pelo parecer favorável após se certificar que “a vida dos agricultores ligados ao tabaco, ou seja, suas atividades, não estaria em jogo”.

O Brasil foi um dos primeiros

países a assinar a Convenção-Quadro, mas faltava ratificá-la no Senado – o acordo já tinha sido aprovado na Câmara. O prazo se encerra em 7 de novembro.

Polêmica

A adesão do Brasil ao tratado envolveu uma polêmica que contrapôs a defesa da saúde pública, de um lado, e interesses econômicos e defesa de empregos, de outro. Nas quatro audiências públicas que o Senado promoveu em regiões produtoras de fumo – municípios de Camaquã (RS), Cruz das Almas (BA), Florianópolis (SC) e Irati (PR) –, houve mobilização de agricultores e representantes da indústria de tabaco contra o acordo.

Mas também estiveram presentes nas audiências representantes de entidades que apóiam o trata-

do, como o Instituto Nacional de Câncer (Inca). E, em uma carta enviada ao presidente do Senado, Renan Calheiros, o coordenador-residente da Organização das Nações Unidas (ONU) no Brasil, Carlos Lopes, defendeu a adesão do país à Convenção-Quadro, destacando que somente os países que ratificarem o tratado terão direito a voto em decisões sobre apoio técnico e financeiro a políticas relacionadas ao tabaco.

Tião Viana (PT-AC) disse que “esse é o primeiro tratado de saúde pública de que se tem registro na história mundial”. Já César Borges (PFL-BA) pediu soluções alternativas para manter empregos para os plantadores.

– Ninguém vai defender o tabagismo, mas muito menos, a perda de empregos – frisou.

Conheça as principais medidas da convenção

Estas são algumas das várias medidas destinadas à redução do consumo de cigarro e outros produtos derivados do tabaco, presentes no tratado internacional promovido pela Organização Mundial de Saúde (OMS):

- Adoção de medidas de incentivo à promoção de opções economicamente viáveis para os trabalhadores, os cultivadores e, eventualmente, os varejistas de pequeno porte ligados ao tabaco.
- Proibição da venda de produtos de tabaco a menores de 18 anos de idade.
- Adoção de normas de rastreamento que visem inibir o comércio ilegal de produtos derivados do tabaco.
- Aplicação de políticas tributárias e de preços que incentivem a redução do consumo.
- Adoção de normas para a proteção contra a exposição à fumaça do tabaco em locais fechados de trabalho, meios de transporte público e lugares públicos fechados.
- Adoção de normas para a regulamentação do conteúdo e das emissões dos produtos do tabaco.
- Aplicação de medidas que exijam que fabricantes e importadores de produtos do tabaco revelem às autoridades governamentais a informação relativa ao conteúdo e às emissões desses produtos, além da divulgação ao público das informações sobre os seus componentes tóxicos e suas emissões.



Projeto de César Borges (D) aprovado na CAS prorroga até 2009 prazo para concessão de aposentadoria por idade a trabalhador do campo

CAS aprova projetos que beneficiam trabalhadores rurais e pessoas com deficiência. Comissão de Educação pode apresentar emenda ao Orçamento ampliando recursos destinados à Anatel

Comissão acolhe proposta que beneficia trabalhadores rurais

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem, em decisão terminativa, projeto que prorroga até julho de 2009 o prazo para a concessão de aposentadoria por idade aos trabalhadores rurais. A proposição, de autoria do senador César Borges (PFL-BA), recebeu emenda do relator, o senador Valdir Raupp (PMDB-RO), para que a matéria possa vigorar a partir do primeiro dia de publicação da lei no *Diário Oficial* da União.

Em seu relatório, Raupp expli-

ca que o prazo de 15 anos previsto na legislação previdenciária atual (Lei 8.213/91) esgota-se em julho de 2006, a partir de quando passará a contar o novo período de três anos para a concessão do benefício. O prazo previsto na matéria aprovada na CAS (PLS 173/05), segundo ele, servirá para que a Previdência Social possa adotar medidas necessárias ao pagamento da aposentadoria aos trabalhadores rurais.

Repúdio

A comissão aprovou ainda

moção de repúdio à forma considerada desrespeitosa com que o *site* da Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes e de Bebidas Não Alcoólicas (Abir) critica projeto do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG). A proposta torna obrigatória a colocação de tampa plástica protetora nas bebidas embaladas em latas de alumínio ou outro metal (PLS 16/04). A matéria foi retirada de pauta a pedido do autor, que também requereu a apresentação da moção de repúdio.

Pessoas com deficiência poderão se aposentar com 25 anos de contribuição

A CAS aprovou ainda projeto de Paulo Paim (PT-RS) que estabelece critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria às pessoas com deficiência que sejam seguradas do Regime Geral de Previdência (PLS 252/05 – complementar). De acordo com a matéria, as pessoas com limitação físico-motora, mental, visual,

auditiva ou múltipla poderão se aposentar após 25 anos de contribuição. O tempo para os demais trabalhadores é de 35 anos.

A proposta regulamenta alterações introduzidas pela reforma da Previdência e pela Emenda Paralela.

A proposição, que foi acolhida com emenda do relator, senador



Aprovada pela CAS, proposta de Paulo Paim vai a exame do Plenário

Gilberto Goellner (PFL-MT), será encaminhada ao Plenário.

Anatel pede mais recursos no Orçamento de 2006

O presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Elifas Gurgel do Amaral, pediu ontem ao presidente da Comissão de Educação (CE), senador Gerson Camata (PMDB-ES), apoio para o aumento dos recursos destinados ao órgão pelo projeto da Lei Orçamentária de 2006.

Segundo as informações de Elifas Gurgel, R\$ 507 milhões tinham sido solicitados pela Anatel, para o cumprimento de suas obrigações de fiscalização do setor. Desse total, apenas R\$ 241 milhões foram previstos pelo

governo na proposta enviada ao Congresso.

O presidente da Anatel observou que a agência teria, de acordo com a legislação em vigor, direito a receber cerca de R\$ 2 bilhões anuais do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel), e lembrou que o valor solicitado corresponde a um quarto do montante arrecadado pelo Fistel.

Camata afirmou que exporia o pro-

blema aos integrantes da CE e abriu a possibilidade de apresentação de uma emenda da comissão ao projeto de Orçamento de 2006, com o objetivo de aumentar a dotação da agência.



Presidente da CE, Gerson Camata (E) recebe Elifas Gurgel, presidente da Anatel

Leitura do parecer preliminar do Orçamento fica para terça-feira

O cronograma de análise da Proposta Orçamentária para 2006 deve ser retomado na próxima terça-feira pela Comissão Mista de Orçamento (CMO). A obstrução que os partidos de oposição vêm fazendo aos trabalhos do colegiado provocou o cancelamento da reunião de ontem e o conseqüente adiamento da leitura do parecer preliminar à matéria por seu relator, o deputado Carlito Merss (PT-SC).

Merss observa que a CMO não tem poder de decisão sobre os pontos reivindicados pela oposição, porque estão fora da competência da comissão. O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) afirma, no entanto, que seu partido apenas exige o cumprimento de acordos feitos e rejeita a tese de falta de recursos orçamentários para o atendimento às medidas, sobretudo com relação às despesas com previsão orçamentária.

– O que queremos é fazer com que o Orçamento deixe de ser

peça de ficção e caminhe numa direção em que as ações previstas tenham conseqüência – disse.

As votações na CMO estão obstruídas há mais de um mês porque a oposição exige, entre outros pleitos, o repasse de R\$ 900 milhões para compensações da Lei Kandir ainda no orçamento vigente. Para 2006, Merss anunciou que pretende reservar R\$ 4,3 bilhões para o ressarcimento de isenções do ICMS concedidas aos estados exportadores.



Segundo Heráclito, oposição luta para que Orçamento não seja "peça de ficção"

Salário mínimo e tabela do Imposto de Renda terão prioridade, diz relator

Pelo menos três despesas vão merecer maior prioridade por parte do relator do Orçamento de 2006, deputado Carlito Merss (PT-SC), que vem trabalhando para cobrir lacuna de aproximadamente R\$ 10 bilhões em gastos não previstos na proposta apresentada pelo Executivo. Ao falar ontem a representantes do Fórum Brasil do Orçamento (FBO) – uma articulação de 45 entidades, entre sindicatos e organizações não-governamentais –, Merss disse que pretende aumentar o salário mínimo para além dos R\$ 321, programados pelo governo, atualizar a tabela do Imposto de Renda e proporcionar

revisões salariais mais satisfatórias para algumas categorias de servidores.

Como exemplo das dificuldades que encontra para equilibrar receitas e despesas, o relator disse que são necessários mais R\$ 159 milhões, na proposta do Orçamento, para cada R\$ 1 que seja acrescido ao salário mínimo. Merss informou que na próxima semana espera contar com os resultados da primeira reestimativa das receitas previstas – ocasião em que pretende confirmar recursos adicionais de até R\$ 12 bilhões, por conta da previsão de desempenho da arrecadação acima dos parâmetros iniciais.

Camata defende isenção de taxa para empresas exibidoras de filmes

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) solicitará ao presidente do Senado, Renan Calheiros, a rápida inclusão em ordem do dia do Projeto de Lei 532/03, que isenta as empresas exibidoras de filmes do recolhimento de 2,5% de sua arrecadação como pagamento de direitos autorais pela execução de obras musicais incluídas

em filmes nacionais e estrangeiros.

O anúncio foi feito ontem, após encontro de Camata com o presidente da Associação Brasileira das Empresas Exibidoras Cinematográficas Operadoras de Multiplex (Abraplex), Valmir Fernandes. O presidente da Comissão de Educação lembrou que os direitos autorais já são pagos pelos produtores dos filmes, não havendo então, na sua opinião, motivo para que seja feita nova cobrança, no momento da exibição.



Costa Neto diz ter recebido metade dos R\$ 12 milhões prometidos por Delúbio. Simone e Valério afirmam que PL recebeu R\$ 10 milhões

Confronto na CPI do Mensalão entre distribuidores e sacadores do dinheiro não permitiu esclarecer valores dos pagamentos feitos aos partidos da base aliada

Acareação não tira dúvidas sobre repasses do "valerioduto"

Na acareação promovida ontem pela CPI do Mensalão, o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, confirmou ter recebido apenas R\$ 6,5 milhões, embora o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares tenha lhe prometido repasse de R\$ 12 milhões. Segundo o empresário Marcos Valério, que foi o distribuidor do dinheiro, o PL recebeu R\$ 10,8 milhões.

A CPI preparou um esquema para confrontar Delúbio e Marcos Valério com os sacadores que admitiram valores menores do que constam da lista oficial, como o presidente do PL; seu tesoureiro Jacinto Lamas; o tesoureiro do PTB, Emerson Palmieri; o assessor do PP João Cláudio Genu; e o ex-presidente da Casa da Moeda Manoel Severino dos Santos.

Na prática, porém, o esquema da acareação não funcionou, pois os parlamentares fizeram indagações sobre temas específicos. O deputado Moroni Torgan (PFL-CE), relator do processo de cassação do deputado Vadão Gomes (PP-SP) no Conselho de Ética, quis saber se Valério confirmava o repasse de R\$ 3,7 milhões ao deputado, conforme lista oficial dos sacadores. O empresário confirmou esse repasse e todos os valores que constam da lista que entregou à CPI, no total de R\$ 55,8 milhões.

Caixa dois

Torgan perguntou ao presidente do PL se os R\$ 6,5 milhões foram destinados para saldar dívidas da campanha do então candidato à Presidência Luiz Inácio Lula da Silva, dinheiro que não fez parte

da prestação de contas ao Tribunal Superior Eleitoral.

Diante da confirmação de Costa Neto, Moroni Torgan sugeriu que se instaurasse representação contra o presidente Lula, uma vez que 18 deputados estavam sendo processados pelo mesmo crime: usar dinheiro de caixa dois em suas campanhas eleitorais.

Para o senador Sibá Machado (PT-AC), os casos são diferentes porque Lula não sabia que recurso de caixa dois estava sendo usado no segundo turno de sua campanha.

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) fez questão de distinguir dinheiro de caixa dois, empregado em campanhas eleitorais, dos repasses para comprar votos de deputados, o "mensalão".

do PT Delúbio Soares para tentar esclarecer os repasses do PT ao PL. Entretanto, a dúvida persistiu.

Muito apreensivo, o ex-tesoureiro do PL repetiu diversas vezes que confirmava o que havia dito em depoimentos anteriores, o que irritou o relator da CPI, deputado Ibrahim Abi-Ackel.

Lamas declarou que não sabia quanto recebeu das mãos de Simone na agência do Banco Rural. A diretora financeira da SMP&B, que afirmou ter feito 14 repasses, disse que sempre informava a Jacinto a quantia que estava sendo repassada, mas admitiu que ele nunca conferiu o dinheiro na sua presença.

Emerson Palmieri não reconhece repasses ao PTB

O tesoureiro informal do PTB e 1º secretário do partido, Emerson Palmieri, em acareação ontem, refutou os valores apresentados na lista de repasses do empresário Marcos Valério. Dos R\$ 2,468 milhões constantes na lista, Palmieri só reconheceu o recebimento de R\$ 345 mil. Também presente na acareação, Valério voltou a confirmar os

valores da lista.

Outra discrepância entre os depoimentos de Palmieri e Valério envolve os R\$ 4 milhões que o ex-deputado Roberto Jefferson declara ter recebido do PT. Palmieri disse que testemunhou a entrega, em Brasília. Segundo ele, Valério entregou pessoalmente o dinheiro, "em malas".

Ideli comemora anúncio de que contrato com GTech acaba em 2006

"Vamos nos livrar definitivamente da GTech no ano que vem", afirmou ontem a senadora Ideli Salvatti (PT-SC), aparentando alívio, durante a reunião da CPI dos Bingos que tomou os depoimentos do presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso, e dos ex-dirigentes da instituição Sérgio Cutolo e Emílio Carazzai. Pouco antes, Mattoso informou, ao responder a Leonel Pavan (PSDB-SC), que a multinacional americana (presente em 45 países) deve encerrar suas atividades no Brasil em meados de 2006, quando termina o contrato com a Caixa, que pretende assumir o gerenciamento das loterias federais.

Durante as cinco horas de reunião, o presidente da CPI, Efraim Morais (PFL-PB), e outros se-

nadores também demonstraram satisfação com o término do contrato. Para Tião Viana (PT-AC), o Brasil "perdeu muito" com a renovação do contrato entre a GTech e a Caixa, ocorrida em abril de 2003. Já Tasso Jereissati (PSDB-CE) disse que a renovação "foi o melhor e maior negócio da vida e da história da GTech".

Questionado pelo relator da comissão, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), Mattoso garantiu que a direção da estatal, desde o início de sua gestão em janeiro de 2003, não sofreu qualquer tipo de pressão por parte da multinacional durante as negociações. Respondendo a Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Mattoso afirmou que não conhece e nunca se encontrou com Waldomiro Diniz nem Carlinhos Cachoeira.



Garibaldi e Efraim (segundo e terceiro à dir.) ouvem Mattoso (D) e ex-presidentes da CEF

Presidente da Caixa diz que renovação melhorou atendimento no interior

O presidente da Caixa, Jorge Mattoso, e os ex-presidentes da instituição Sérgio Cutolo e Emílio Carazzai defenderam ontem, na CPI dos Bingos, o contrato original entre a estatal e a GTech do Brasil, bem como a renovação, em abril de 2003. O acerto, disse, permitiu a operacionalização de toda a rede lotérica do país, incluindo o processamento da apuração dos ganhadores, rateio e repasse de prêmios.

Mattoso disse que a renovação foi o melhor negócio feito pela Caixa no setor, a começar pelo abatimento concedido pela multinacional, de 15%. Além disso, informou, a renovação tornou possível a expansão dos chamados correspondentes bancários – as agências lotéricas que recebem pagamentos de contas – o que serviu para aprimorar, segundo ele, o atendimento à população, especialmente no interior.

CPI dos Bingos fará mais uma acareação e convoca companheira de Daniel

A CPI dos Bingos vai realizar mais uma acareação na tentativa de esclarecer o assassinato do então prefeito de Santo André (SP) Celso Daniel, ocorrido em janeiro de 2002. Estarão frente a frente Klinger Luiz de Oliveira Sousa, secretário de Serviços de Santo André quando Daniel era prefeito, e os empresários Ronan Maria Pinto e Sérgio Gomes da Silva – o Sombra.

Também devem participar da acareação diversas pessoas acusadas de pertencer à quadrilha que matou o prefeito.

Foi aprovado pela comissão requerimento de iniciativa do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) convocando para prestar depoimento Ivone Santana, companheira de Daniel, e o deputado Jamil Murad, que, como médico, acompanhou a autópsia.



Para Alvaro Dias, gravações não deixam dúvidas de que houve monitoramento de testemunhas

Alvaro afirma que PT tentou construir versão

Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou ontem que as gravações das conversas entre os principais personagens do PT envolvidos no caso do assassinato do ex-prefeito Celso Daniel permitem concluir que houve articulação do PT para construir uma versão adequada do crime que salvasse a candidatura de Lula à Presidência.

– Gilberto Carvalho, chefe de gabinete do presidente, definiu a estratégia, discutindo com o ex-ministro José Dirceu a tática – disse o senador.

– Fica evidente a construção da versão de crime comum para evitar a conclusão de que fora crime político – ressaltou.

O senador observou ainda que as gravações provam o monitoramento de testemunhas e a tentativa de convencer João Francisco, irmão da vítima, a não destilar mágoas em seu depoimento.



Suplicy considera que comissão semelhante à criada na África do Sul pode sanar crise política

Suplicy quer comissão de reconciliação e paz

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) encampou a sugestão do filósofo Renato Janine Ribeiro, expressa em artigo publicado no jornal *Valor Econômico*, de criar uma comissão de reconciliação e paz para resolver os desafios do atual cenário político brasileiro. O petista lembrou que um colegiado nesses moldes foi implantado na África do Sul, em 1995, por iniciativa de Nelson Mandela.

– Essa comissão colheu depoimentos de mais de 20 mil pessoas que cometeram crimes contra os direitos humanos e aquelas que relataram seus crimes tiveram a pena atenuada.

Diante das irregularidades apontadas pelas CPIs em campanhas eleitorais de vários partidos e nas relações entre o governo Lula e parlamentares aliados, Suplicy acredita que o Brasil poderia seguir rumo semelhante.



Requerimento entregue à Mesa diretora do Senado por Arthur Virgílio conta com a assinatura de 38 senadores

Virgílio propõe CPI destinada a apurar uso de caixa dois nas campanhas eleitorais

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio Neto (AM), encaminhou ontem à Mesa, durante a sessão deliberativa, requerimento propondo a criação de comissão parlamentar de inquérito (CPI) destinada a investigar denúncias relacionadas ao uso de recursos de caixa dois pelos partidos políticos, nas campanhas eleitorais.

O parlamentar anunciou, em discurso no Plenário, ter conseguido a assinatura de 38 senadores, incluindo a da senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA). Ele lembrou que, antes da adesão da senadora para o requerimento, já havia obtido 37

assinaturas para abertura da comissão, – Creio que teremos mais de 50 assinaturas, talvez chegue até a 81. Para mim não interessa se há outras comissões parlamentares de inquérito funcionando na Casa. Creio que tudo se resume em uma só – argumentou Virgílio, ressaltando que agora cabe ao presidente do Senado abrir prazo para que os partidos indiquem seus integrantes na futura CPI.

Ana Júlia Carepa, em pronunciamento posterior ao de Arthur Virgílio, observou que o objetivo da CPI deverá ser o de apurar a prática do caixa dois em todas as campanhas eleitorais.

Ana Júlia: investigação deve abranger todos os partidos

Ana Júlia Carepa (PT-PA) comunicou ontem ao Plenário que assinou o requerimento de comissão parlamentar de inquérito (CPI) com o objetivo de investigar o emprego de caixa dois em campanhas eleitorais. A senadora ressalta, no entanto, que a CPI, para fazer uma apuração séria sobre o financiamento de campanhas, precisa investigar todos os partidos políticos.

– Se a comissão se propuser investigar apenas uns e não outros, aí o trabalho não será sério. A sociedade quer que se investigue tudo – enfatizou a senadora.

Ana Júlia também parabenizou a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e os funcionários do Instituto Brasileiro do

Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) do Pará e da Polícia Federal, pela Operação Ouro Verde, que prendeu pessoas que faziam desmatamento irregular em vários estados.

A senadora divulgou ainda no Plenário nota em que o presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Anapu (PA), Jurandir Plínio de Souza, afirma que seu nome foi usado indevidamente em carta à CPI da Pirataria com denúncias contra a senadora e seu ex-marido Marcílio Monteiro, gerente do Ibama no estado.

Ana Júlia anunciou que vai processar os autores do documento enviado à CPI, tão logo sejam identificados.



Segundo Ana Júlia, sociedade exige que comissão parlamentar de inquérito faça um trabalho completo

José Agripino vai pedir ao PFL representação ao MP contra Lula

José Agripino (RN), líder do PFL, comunicou ao Plenário que vai sugerir à comissão executiva de seu partido que faça uma representação junto ao Ministério Público contra o presidente Lula por crime eleitoral. O senador considerou “da maior gravidade” declaração de ontem do ex-deputado Valdemar Costa Neto, durante acareação da CPI do Mensalão, de que o dinheiro de caixa dois recebido do publicitário Marcos Valério teria sido usado no pagamento de contas da campanha de Lula.

Agripino lembrou que tanto o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares quanto o publicitário confirmaram o repasse a Valdemar Costa Neto.

– Pelo mesmo motivo, há processos de cassação de deputados no Conselho de Ética da Câmara. O responsável pela prestação de contas da campanha é o candidato. Então a lei não vale para o presidente da República? Para mim, a resposta é que vale – afirmou.



José Agripino ressalta que lei vale também para o chefe do Executivo

Antero apóia sugestão de processo contra o presidente

Antero Paes de Barros (PSDB-MT) chamou a atenção do Plenário para a acareação ocorrida ontem na CPI do Mensalão, em que três depoentes – empresário Marcos Valério, ex-deputado Valdemar Costa Neto e ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares – apontaram a existência de caixa dois na campanha para a eleição do presidente Lula.

O senador apoiou a intervenção feita, durante a audiência da CPI, pelo deputado Moroni Torgan (PFL-CE), que pediu a instauração de processo de crime de responsabilidade do presidente Lula, o que poderia conduzir a *impeachment*.

– Eu gostaria, aqui, de fazer um apelo ao meu partido, o PSDB, para que esteja realmente atento no sentido de reivindicar a instalação do processo para a apuração dos fatos, para a apuração do crime de responsabilidade. A boa democracia é aquela que apura tudo, inclusive os crimes do presidente da República – argumentou Antero.



"Boa democracia é aquela que apura tudo, inclusive crimes do presidente", diz Antero



César Borges comemora decisão do TCU em favor de estados e municípios

César Borges (PFL-BA) – foto – comemorou, ontem, decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) determinando que o governo federal realize o pagamento de dívida acumulada com

estados e municípios em função do não repasse de tributos arrecadados pela Receita Federal no âmbito do Refis 2.

Conforme o senador, a estimativa é de que estados e muni-

cípios tenham direito a receber cerca de R\$ 1,6 bilhão, do total de R\$ 6,1 bilhões arrecadados pelo programa.

César Borges agradeceu ainda a Comissão de Assuntos Sociais

(CAS) pela aprovação, em decisão terminativa, de projeto de sua autoria que prorroga até 30 de junho de 2009 a concessão de aposentadorias rurais por idade e sem contribuição.

Nova edição da medida provisória aprovada quarta-feira no Senado e ontem na Câmara vai privilegiar desoneração de materiais de construção, informa senadora

Próxima MP do Bem será voltada para habitação, anuncia Ideli

Ideli Salvatti (PT-SC) afirmou que a próxima edição da MP do Bem, que sairá em breve, privilegiará a desoneração de produtos de consumo de massa, especialmente aqueles do setor habitacional. A senadora disse que a informação lhe foi dada pelo ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Luiz Fernando Furlan, em reunião realizada na quarta-feira.

Para Ideli, assim ganha destaque idéia que vem defendendo, junto com alguns setores ligados à indústria e ao comércio da construção civil, a da cesta bá-



Cesta básica dos materiais de construção vai ganhar destaque, avalia Ideli

ca dos materiais de construção. Seria uma relação de produtos de grande alcance popular, especialmente procurados por aqueles

que realizam pequenas reformas, ou os chamados “puxadinhos”, e optam, na maioria das vezes, pela construção autogerida, feita pelos próprios familiares, com a ajuda de amigos e vizinhos. Essa modalidade já representa, segundo Ideli, 70% do que se edifica no país.

A senadora frisou que o déficit habitacional para famílias com renda de até três salários mínimos é de 6 milhões de unidades (85%).

– Nossa carga tributária é elevadíssima. Assim, qualquer medida de desoneração voltada para o setor habitacional terá um impacto muito positivo – concluiu.

Mercadante rebate denúncia do MPF contra José Dirceu e seu filho

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), rebateu denúncia de improbidade administrativa atribuída pelo procurador da República no Distrito Federal Luciano Rolim ao deputado José Dirceu (PT-SP) e a seu filho José Carlos Becker de Oliveira, o Zeca Dirceu, prefeito de Cruzeiro d’Oeste (PR). Antes de ressaltar que a investigação não detectou nenhum indício de desvio de dinheiro público, Mercadante criticou a decisão do procurador de divulgar o relatório à imprensa na véspera de o Con-

selho de Ética julgar o processo de cassação de mandato do deputado e de fazê-lo antes mesmo de apresentar o documento ao procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza.

Mercadante disse que o interesse de Zeca Dirceu pelas emendas justificava-se porque, antes de se eleger prefeito, coordenava o escritório do governo do Paraná. Sobre ele ter sido recebido por Lula, afirmou tratar-se de deferência de qualquer homem público para com o filho de um colaborador de seu governo.



Mozarildo critica inclusão de 138 artigos sobre diferentes assuntos na MP 255

Mozarildo aponta distorções no processo legislativo

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) condenou ontem a forma como estão sendo aprovados os projetos no Congresso. O senador citou como exemplo das distorções que estão ocorrendo no processo legislativo brasileiro a Medida Provisória 255, que continha 138 artigos tratando dos mais diferentes assuntos, inclusive sobre a Amazônia.

Mozarildo criticou o governo por legislar “de cima para baixo” e lamentou a aprovação “na escuridão” de artigos relevantes para o futuro da sua região, embora os parlamentares tenham conseguido fazer “alguns remendos”.

Bornhausen diz que confecção de cartazes “é obra de uma quadrilha”

Em entrevista coletiva sobre os cartazes espalhados por Brasília na terça-feira, comparando-o ao ditador Adolph Hitler, Jorge Bornhausen (PFL-SC) disse ontem que “isso não é ato voluntário de um fanático, é obra de uma quadrilha”. Conforme o senador, Avel de Alencar, dirigente do PT-DF que pagou a impressão dos 3 mil cartazes, pode ter recebido “ordens superiores” para a ação.

O pedido de impressão dos panfletos foi feito em nome da Escola de Formação dos Trabalhadores em Informática, que tem como diretor Avel de Alencar. Os cartazes, acrescentou Bornhausen, foram entregues ao irmão de Avel, Avelmar de Alencar, e o modelo para impressão enviado por e-mail por Marcos Wilson, funcionário da liderança do PT na Câmara Legislativa do Distrito Federal. O trabalho foi pago com um cheque de Avel no valor de R\$ 1.060.

Depois de confirmar o envolvimento de pessoas ligadas ao PT de Brasília no caso, o senador destacou a atuação da Polícia Civil do DF, que, em menos de 24 horas, desvendou o crime. Ele destacou que aguardará a finalização do inquérito para



Dirigente do PT-DF pode ter recebido ordens superiores, observa Bornhausen

definir as providências jurídicas a serem tomadas.

Bornhausen apurou que a escola possui convênios com o governo federal, tendo recebido R\$ 1,9 milhão para sua construção. Soube também que Avel de Alencar é diretor de Relações Sociais do Sindpd-DF (Sindicato dos Profissionais em Processamento de Dados), entidade filiada à Central Única dos Trabalhadores (CUT). Segundo informações obtidas pelo parlamentar, Avel seria ainda contratado pela empresa Cobra, num convênio Brasil-Portugal, diretamente negociado pela Presidência da República.

Lembrou que cinco dias antes da distribuição dos cartazes pelas vias públicas de Brasília, o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, declarou que Bornhausen teria “saudades de Hitler”.



Rodolpho Tourinho explica que dívidas deveriam ser corrigidas pela TJLP

Tourinho: Selic torna dívidas municipais impagáveis

Rodolpho Tourinho (PFL-BA) afirmou da tribuna que se tornarão impagáveis as dívidas das prefeituras com o INSS corrigidas pela

taxa Selic, fixada pelo Banco Central, e não pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), como foi colocado no projeto que incorporou partes da chamada MP do Bem. O senador disse que a Selic está hoje em 19% ao ano, enquanto a TJLP foi fixada em 9,75%.

Tourinho reconheceu que foi um avanço aumentar de 60 para 240 meses o prazo de pagamento das dívidas municipais, mas a taxa Selic poderá, no final, inviabilizar o objetivo da medida provisória, que é permitir às prefeituras que fiquem em dia com a Previdência. Ele lembrou que o relator da MP do Bem, senador Amir Lando (PMDB-RO), havia colocado como fator de correção a TJLP, mas pressões do governo acabaram mudando o texto.



O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) poderá abrir linha de crédito específica e diferenciada para financiar projetos de desenvolvimento sustentável na Amazônia. A idéia foi sugerida ontem pelo 1º vice-presidente do Senado, Tião Viana (PT-AC), que recebeu, em seu gabinete, delegação formada por diretores-executivos do Brasil, Canadá, Alemanha e Equador junto ao BID.



Serys: diretor-geral contribui "de forma ímpar" para eventos no Senado

Serys elogia Agaciel pela luta em favor das mulheres

A postura do diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, foi elogiada pela senadora Serys Shessarenko (PT-MT), que leu trechos de artigo escrito por ele sobre a questão da violência e discriminação contra as mulheres.

– Agaciel contribui de forma ímpar para os eventos no Senado sobre o assunto e os seus artigos têm extrema relevância – afirmou Serys, ao lembrar que a Casa aprovou vários projetos que irão colaborar para a redução da violência contra as mulheres.



Reginaldo recorda chegada do cearense à Presidência e sua contribuição para o país

Reginaldo lembra presidente José Linhares

Reginaldo Duarte (PSDB-CE) destacou ontem os 60 anos da chegada do cearense José Linhares à Presidência da República. Ele assumiu após a queda de Getúlio Vargas, em 1945, e governou até a posse de Eurico Dutra, em 1946.

Apesar do curto período, Linhares registrou seu nome na história do país, pois presidiu a comissão que elaborou a lei eleitoral para a sucessão de Getúlio, lembrou o senador.



Senadora menciona cobrança feita ao governo brasileiro, em sabatina aplicada pela Organização das Nações Unidas, sobre número de pessoas já condenadas no país pelo crime de corrupção

Iris de Araújo: falta de combate à corrupção afeta imagem do país



Iris de Araújo lembra constrangimento de representantes brasileiros na ONU

A ausência de uma política anticorrupção deixa o Brasil em situação desfavorável no cenário internacional, no tocante a medidas concretas de combate a essa prática, afirmou, em Plenário, a senadora Iris de Araújo (PMDB-GO). Ela comentou a sabatina aplicada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em Genebra, na Suíça, na última quarta-feira, aos representantes brasileiros sobre a política de direitos humanos do país.

Conforme Iris de Araújo, a ONU cobrou, "de forma incisiva e surpreendente", do governo brasileiro uma informação sobre quantas pessoas no Brasil já

foram condenadas pelo crime de corrupção, deixando "constrangidos e atônitos" os representantes brasileiros.

Na sua opinião, a resposta "de

que não há como saber quantos já foram julgados e condenados" demonstra o desinteresse do governo pela corrupção. A senadora acredita que, se houvesse preocupação nesse sentido, o governo estaria acompanhando de forma minuciosa o destino judicial dos acusados da prática de atos ilícitos.

Em aparte, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) lembrou dados divulgados pela Transparência Internacional, segundo os quais, se o Brasil estivesse no mesmo patamar da Dinamarca – quinto lugar entre os de menor índice de corrupção – a renda *per capita* nacional seria 70% maior.

Tebet cobra crédito para a agropecuária em MS

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) cobrou, em discurso na tribuna, da equipe econômica do governo a imediata abertura de linhas emergenciais de crédito pelo Banco do Brasil para socorrer a agropecuária, principalmente de Mato Grosso do Sul. Segundo ele, o foco de febre aftosa que atingiu a região de Dourados tem levado os produtores de carne bovina a situação de desespero, uma vez que 41 países já embargaram as importações do produto brasileiro.

Tebet disse ter ficado surpreso



Febre aftosa está levando produtores do estado ao desespero, alerta Ramez Tebet

ao tomar conhecimento de que a diretoria do BB para o crédito agrícola havia suspenso as linhas de empréstimos justamente

durante a crise da aftosa.

– É inacreditável. Trata-se de um problema da economia nacional que prejudica até a manutenção do PIB. Estranho muito essa atitude do banco. Eu soube que eles estariam reavaliando os empréstimos e os suspenderam até a próxima terça-feira.

A paralisação das linhas de crédito, advertiu Tebet, leva à suposição de que o banco pode estar especulando com os lucros que a taxa de juros a ser estipulada para os empréstimos de emergência poderá proporcionar.



Antonio Carlos ressalta que presidente da CNBB desmentiu ter apoiado obras

Geraldo Majella Agnelo, na qual o cardeal desmente afirmação do ministro de que teria dado apoio às obras de transposição.

Antonio Carlos rebate declarações de Ciro sobre o projeto de transposição

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) classificou, em discurso no Plenário, como "impropérios" as últimas declarações do ministro Ciro Gomes, da Integração Nacional, sobre projeto de transposição das águas do rio São Francisco. Ciro teria dito que as obras vão começar imediatamente, ignorando assim, conforme o senador, as negociações do

governo federal com o frei Luiz Flávio Cappio, bispo da diocese de Barra (BA) que fez greve de fome no último mês com o intuito de paralisar as obras.

Contrário ao projeto, Antonio Carlos comentou diversas matérias de jornais sobre o assunto, destacando entrevista com o presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom



Segundo Gilvam Borges (foto), Capiberibe teria antevisto derrota nas eleições

Gilvam afirma que ex-senador comprou votos

Gilvam Borges (PMDB-AP) disse ontem que o ex-senador João Capiberibe não teria comprado apenas dois votos, mas montado vários pontos para compra de votos ao antever, pelas pesquisas, uma derrota certa.

– Os policiais federais e juízes eleitorais encontraram documentos queimados, material de propaganda eleitoral e R\$ 15 mil, separados em envelopes relacionados a listas com nome de mais de 5 mil eleitores – afirmou o senador.



Pavan destaca 4º Congresso das mais Belas Baías do Mundo, patrocinado pela Unesco

Pavan: Imbituba sediará encontro das mais belas baías

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) comemorou ontem o fato de a cidade de Imbituba, em seu estado, ter sido escolhida para sediar, em outubro de 2007, o 4º Congresso das mais Belas Baías do Mundo.

Sediado pela primeira vez no Brasil, o evento tem o patrocínio da Unesco, que incentiva programas de desenvolvimento sustentável e defende essas baías como patrimônio mundial, e deverá reunir 25 países.

Sibá destaca ação integrada de órgãos federais no combate ao desmatamento

Sibá Machado (PT-AC) – foto – destacou a parceria entre o Ibama, a Polícia Federal e o Ministério Público Federal no combate ao desmatamento e à exploração ilegal de madeira. Como exemplo, citou a Operação Ouro Verde, que visa des-

baratar quadrilha de falsificadores e distribuidores de Autorizações para Transporte de Produtos Florestais (ATPFs).

Conforme o senador, a operação envolve 400 agentes da PF e 78 mandados em sete estados. No primeiro

dia, relatou o Sibá, foram apreendidos 250 mil metros cúbicos de madeira, 96 tratores, 63 caminhões e 627 motosserras; presas 86 pessoas e emitidos R\$ 800 milhões em multas.

– Parabenizo a Polícia Federal e a ministra Marina Silva – afirmou.

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) disse admirar a PF, mas observou que sua atuação deve basear-se na lei. Ana Júlia Carepa (PT-PA) lembrou que as Operações Belém I e II, em 2003, deram início ao combate à falsificação de ATPFs.